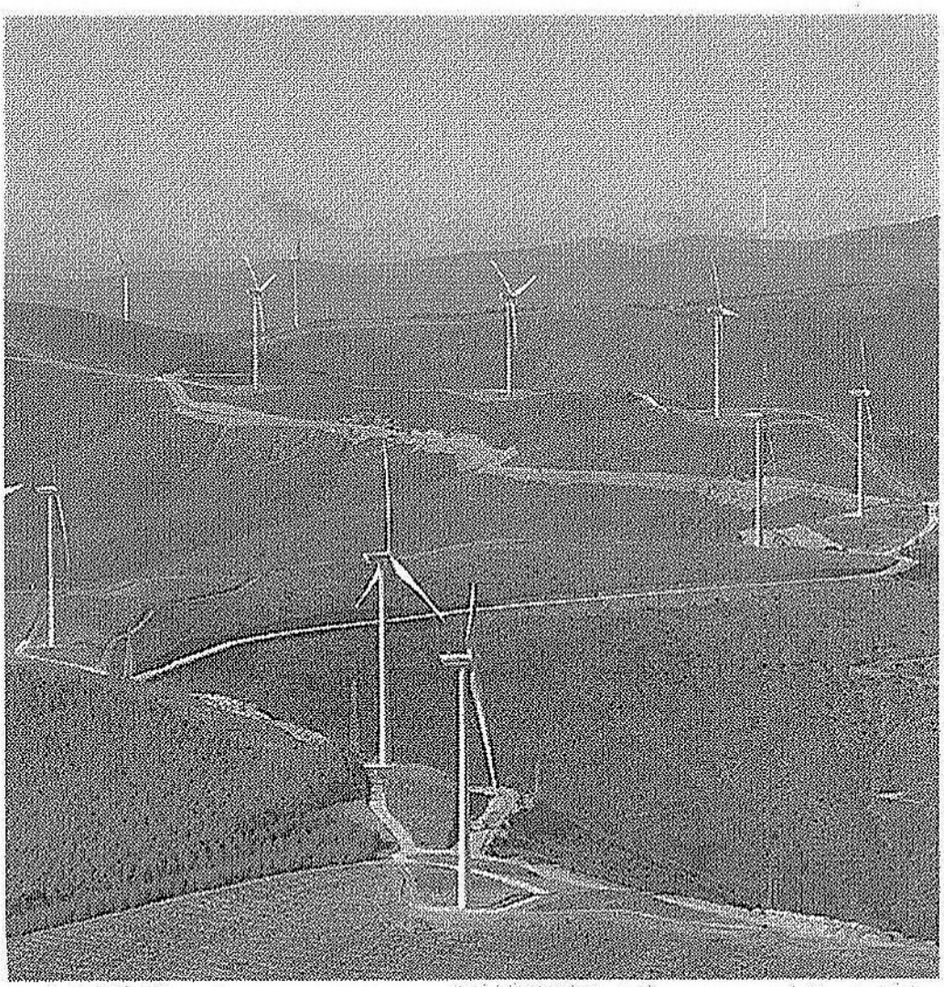
Cortes de energia em Águeda na Assembleia da República

Requerimento. André Almeida, deputado do PSD à Assembleia da República, pediu esclarecimentos do ministro da Economia e Inovação



Os cortes no fornecimento de energia a empresas em Águeda, foi objecto de um requerimento que o deputado do PSD, André Almeida, dirigiu ao presidente da Assembleia da República, Jaime Gama, tendo como destinatário o ministro da Economia e Inovação, Manuel Pinho.

"Tem o Ministério conhecimento destas ocorrências, não só em Águeda como, eventualmente, em outros pontos do país? Que medidas e/ou acções prevê o Ministério adoptar para a resolução desta situação? Prevê o Ministério disponibilizar algum apoio às empresas para compensação por estas falhas, ou actuar junto da EDP?" – foram as três questões que André Almeida pretende ver esclarecidas pelo governante.

"Em tempos de crise como os que actualmente vivemos, o custo da energia deve ser, no caso das empresas, rentabilizado ao máximo, sobretudo quando se trata de valores altos, e de um bem sem o qual nenhuma entidade empresarial pode desempenhar o seu papel condignamente", comentou o deputado social-democrata no requerimento.

AEA COM RECLAMAÇÕES DE ASSOCIADOS

Acrescentou ainda o deputado que "a Associação Empresarial de Águeda, para além de manifestar o profundo descontentamento em relação aos elevados preços praticados no mercado energético, vê-se agora confrontada com inúmeras reclamações dos seus associados acerca da má qualidade do fornecimento por parte da EDP".

Apoiando-se em informações provenientes da AEA – Associação Empresarial d Águeda -, André Almeida escreveu ainda que "têm sido frequentes os cortes no fornecimento de energia, desde microcortes até falhas superiores a três minutos, chegando, por vezes, a mais de sessenta ocorrências em quatro semanas, causando danos em equipamentos, quebras de produção, atrasos em entregas e, consequentemente, aumento no custo de produção".

O deputado refere ainda que, sobre esta matéria, a AEA alertou a Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE) "sem qualquer efeito prático", pelo que questiona o ministro se tem conhecimento das anomalias.